

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

Edição nº 1405

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2
Avisos de Doação.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	4
Avisos de licitações.....	5
Editais.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 150/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- nos termos do Provimento n.º 22/2010, em caráter excepcional e temporário, a contar de 02 de abril de 2014, o Dr. NILTON KASCTIN DOS SANTOS como Diretor da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, até ulterior deliberação (Port. 1129/2014).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00250/2014-4, a pedido, a contar de 09 de abril de 2014, a Dra. ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS, Procuradora de Justiça, ID n.º 3422992, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, observado o artigo 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, artigos 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo a incorporação de 100% (cem por cento) da gratificação de Assessor, AS-6, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), nos termos da Lei n.º 9.747/1992 combinada com a Lei n.º 10.138/1994, artigo 102 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, e em conformidade com a Lei n.º 8.625/1993, e Leis Estaduais n.ºs 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (Port. 1132/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 162/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Sétimo Alvarino Biazus, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n.º 00911.00112/2011, instaurado com a finalidade de investigar a prática de abate de animal nativo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 163/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas promoveu o arquivamento do Procedimento Preparatório n.º 00780.00019/2013, acerca de eventual falta de condições para funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil Olivo Castelli.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 164/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Irene Domingues Inocêncio, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de eventual violação de direito individual. A respeito foi instaurado o expediente RD. n.º 01510.00015/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 165/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Paula, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n.º 00882.00052/2012, instaurado com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na contratação direta de fundação para a realização de concurso público da Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Paula.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 166/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades na Secretaria Estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - SESAMPE. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00829.00062/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

AVISO N.º 04/2014

Cientifico que, o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária – Conselhos Tutelares dos Municípios de:	Objeto	Fundamento Legal
4387-0900/13-0	2450	IRAÍ	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4387-0900/13-0	2451	RIO PARDO	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4387-0900/13-0	2452	NOVA HARTZ	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4387-0900/13-0	2453	ELDORADO DO SUL	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4387-0900/13-0	2454	TRÊS FORQUILHAS	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 151/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de abril de 2014, a carga horária da servidora DÉBORA ARSAND, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3451860, para 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei nº 7.253/79 (PR.00576.00281/2014-9 - Port. 1092/2014).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 08/04/2014, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, ELISA QUADROS PEREIRA, tendo entrado em exercício em 08/04/2014.

- habilitado para tomar posse, a contar de 07/04/2014, no cargo de Técnico Superior de Informática, Classe "R", CLEBER SOUZA UGHINI, tendo entrado em exercício em 08/04/2014.

- habilitada para tomar posse, a contar de 03/04/2014, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", LISIER BOCHEHIN, tendo entrado em exercício em 08/04/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

SÚMULA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N.º 4307-09.00/13-6
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N.º 118/2013

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo: (i) aplicar à empresa COMERCIAL CAMEZ LTDA. as penalidades de multa no montante de R\$ 63,30 (sessenta e três reais e trinta centavos) e de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de 06 (seis) meses, forte no subitem 8.1, letra 'b', do Anexo Único da Lei Estadual n.º 13.179/09; art. 87, incisos II e III, da Lei Federal n.º 8.666/93; artigos 2º, caput, e 8º, inciso III, do Decreto 42.250/03, alterado pelo Decreto n.º 45.680/08 e Lei Estadual n.º 11.389/99 e; e (ii) rescindir a contratação, mediante o cancelamento da Nota de Empenho, com fundamento no artigo 78, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como nos item 5.4 do Anexo Único da Lei Estadual n.º 13.179/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 9821-09.00/07-6
PREGÃO N.º 18/08

CONTRATADA: GUSSIL – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 88/08, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 08 de abril de 2014; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3701; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 57, §4º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE ADITAMENTO DE TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROCESSO N.º 1534-0900/07-3

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Luiz Fernando de Souza, Id.Func. n.º 24596248; **OBJETO:** substituição de veículo, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral para as quais for designado, para o de placas IVI 0205, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no

âmbito da Direção-Geral, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 08 de abril de 2014.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR
PROCESSO N.º 969-0900/14-0

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a servidora Cintia Ribes Pestano, Id.Func. n.º 2967057; **OBJETO:** permissão de uso mediante indenização, de automóvel particular da marca Citroën, modelo C3 GLX, ano fab.2011 / ano mod.2012, placa IRY 7103, de propriedade da servidora, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 08 de abril de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR
PROCESSO N.º 819-0900/14-3

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Éder Fernando Kegler, Id.Func. n.º 3401502; **OBJETO:** permissão de uso mediante indenização, de automóvel particular da marca TOYOTA, modelo COROLLA XEi, ano fab.2008 / ano mod.2009, placa IPI 4828, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito do Projeto FAVO-Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, em conformidade com os Provimentos n.ºs 12/2013 e 73/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 08 de abril de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA USO DE
VEÍCULO PARTICULAR
PROCESSO N.º 941-0900/14-5

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Leandro Hanusch,



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

Id.Func. n.º 3439968; **OBJETO:** permissão de uso mediante indenização, de automóvel particular da marca Volkswagen, modelo POLO SEDAN, ano fab.2007 / ano mod.2008, placa IOL 8123, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 08 de abril de 2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 19/2014 (Processo nº 000932-09.00/14 -6) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** registro de preços de 40 impressoras térmicas para impressão de código de barras, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 25/04/2014, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 30/04/2014, às 10 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

MICHEL CORRÊA MURAD,
Pregoeiro.

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 20/2014 (Processo nº 000931-09.00/14 -3) **Tipo:** Menor Preço por Item. **Objeto:** registro de preços, válido por 12 meses, de pneus, câmaras de ar e protetores para câmaras de ar, com certificação expedida pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 25/04/2014, às 11 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** dia 29 de abril de 2014, às 10 horas. **Itens 01 a 06, e às 14 horas, Itens 07 a 13, e dia 30 de abril de 2014, às 10 horas, Itens 14 a 18, e às 14 horas, Itens 19 a 23.** **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de abril de 2014.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL N.º 152/2014

Resultado do Edital nº 129/2014 – REMOÇÃO DE
ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E
SOCIAIS (DEMP 31/03/2014)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00282/2014-7, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 129/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 153/2014

Resultado do Edital nº 130/2014 – REMOÇÃO DE
SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS (DEMP 31/03/2014)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00283/2014-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 130/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 154/2014

REMOÇÃO DE ASSESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS
JURÍDICAS E SOCIAIS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 155/2014

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, **DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoas>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de abril de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 02/2014 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) Inquérito Civil nº 01177.00008/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades na Comunidade Terapêutica Bom Samaritano – COMTEBSA, localizada na Rua São Joaquim, nº 55.

2) Inquérito Civil nº 01177.00009/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades na Clínica Geriátrica Luz do Amanhecer, localizada na Rua Araranguá, nº 66.

3) Inquérito Civil nº 01177.00011/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades no Instituto de Amparo Betesda, localizada na

Rua Senhor do Bom Fim, nº 41, Bairro Stela Maris.

4) Inquérito Civil nº 01177.00012/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos – Hospedaria O Sol Ltda, localizada na Rua Eduardo Prado, nº 64.

5) Inquérito Civil nº 01177.00013/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Alvorada, com a finalidade de verificar eventual necessidade de medidas, em razão da inexistência de serviço de plantão da Defensoria Pública, no município.

6) Inquérito Civil nº 00723.00007/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a ausência de intérprete de Libras no Centro de Formação de Condutores/CFCA, do município.

7) Inquérito Civil nº 00723.00031/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a ausência de transporte escolar aos alunos portadores de autismo e que frequentam a Associação Gota D'Água, em Bento Gonçalves.

8) Inquérito Civil nº 00723.00032/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar possível situação de irregularidade envolvendo a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões, no município.

9) Inquérito Civil nº 00723.00019/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar condições estruturais e de funcionamento envolvendo o Instituto Médico Legal – IML, em Bento Gonçalves.

10) Inquérito Civil nº 00723.00020/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar o uso indevido de cianeto pela Empresa Polibrilho Indústria de Metais Finos Ltda, em Bento Gonçalves.

11) Inquérito Civil nº 00723.00021/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a prática de atividade médica irregular na Clínica Estética Avançada – CITERA, em Bento Gonçalves.

12) Inquérito Civil nº 00729.00016/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Marcela Romera, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de averiguar eventual omissão do município, com risco à população e aos servidores, por não cumprimento das normas de biossegurança nos consultórios odontológicos das Unidades Sanitárias do município.

13) Inquérito Civil nº 00728.00017/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Casa de Repouso Lar Vida, localizada na Rua João Antonio Muller, no município.

14) Inquérito Civil nº 00728.00018/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Casa Geriátrica Solar do Sossego, localizada na Rua Cel. João Leitão, 680, no município.

15) Inquérito Civil nº 00728.00019/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Casa Geriátrica Girassol II, situada na Rua General Osório, 2708, no município.

16) Inquérito Civil nº 00728.00020/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento do Asilo Nossa Senhora Medianeira, na Av. Brasil, nº 261, Alto dos Loretos, no município.

17) Inquérito Civil nº 00728.00022/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Casa de Repouso para Idosos Santo Antônio, na Rua Andrade Neves, 978, no município.

18) Inquérito Civil nº 00728.00023/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no funcionamento do Residencial Geriátrico Solar IV, no município.

19) Inquérito Civil nº 00728.00027/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar a possível omissão do município, na efetividade de política pública de proteção ao portador de sofrimento mental e na construção de rede de proteção ao idoso, no município.

20) Inquérito Civil nº 00728.00028/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar se o município está atendendo a disposição do art. 7º da Lei Federal 10.098/2000, para veículos que transportem pessoas portadoras de necessidades especiais com dificuldade de locomoção em nº equivalente a 2% do total.

21) Inquérito Civil nº 00728.00030/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar se a casa geriátrica possui requisitos mínimos, previstos na RDC 249, do Ministério da Saúde, localizada na Rua Major Ouriques, nº 2230, no município.

22) Inquérito Civil nº 00728.00031/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de assegurar o direito constitucional à liberdade de ir e vir à coletividade de moradores da Rua Antônio Gomes Pereira, na forma do art. 5º, caput da Constituição Federal, no município.

23) Inquérito Civil nº 00728.00035/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possível omissão do município de Cachoeira do Sul no cumprimento da Lei Orgânica de Assistência Social, no atendimento a

idosos em situação de risco, conforme art. 6º, § 2º, da Lei 8.742/93.

24) Procedimento Preparatório nº 01220.00004/2013 da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun, com a finalidade de averiguar o licenciamento de edificação de uso coletivo sem observância das normas técnicas de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida conforme os padrões ANNT.

25) Inquérito Civil nº 00732.00055/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na administração do Lar Comunitário Nilda Souza Azambuja, no município.

26) Inquérito Civil nº 00740.00006/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Dossena Lopes dos Santos, da Promotoria de Justiça de Canoas, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da Instituição de Longa Permanência de Idosos – Recanto dos Girassóis, na rua Tuiuti, Bairro Nossa Senhora de Fátima, no município.

27) Inquérito Civil nº 00949.00231/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar deficiências na execução do programa de combate à Dengue, no município.

28) Inquérito Civil nº 00748.00111/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possível inobservância das exigências sanitárias por parte de Jussara Maria Bortolato, residente na Rua Maria Blandina Rigoni, nº 224, Bairro Charqueadas, no município.

29) Inquérito Civil nº 00748.00340/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possível falta de acessibilidade por parte de Norton Executive Hotel, localizado na rua Ernesto Alves, nº 2083, no município.

30) Inquérito Civil nº 00748.00342/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a verificação de acessibilidade no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na rua Sinimbu, nº 1619, no município.

31) Inquérito Civil nº 00748.00229/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paulo Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar apuração de possíveis maus tratos contra idosos, pela ILPI Sítio do Vovô, no município.

32) Inquérito Civil nº 00748.00274/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar denúncia referente à lenta distribuição de leitos para pacientes do SUS, pelo Hospital Pompeia – Pio Sodalicio das Damas de Caridade, no município.

33) Inquérito Civil nº 00748.00276/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar denúncia referente à negativa de atendimento à paciente do



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

SUS, pelo Hospital Pompeia – Pio Sodalicio das Damas de Caridade, no município.

34) Inquérito Civil nº 00748.00277/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar denúncia de desrespeito à fila de marcação de consultas da UBS Mariani, no município.

35) Inquérito Civil nº 00748.00307/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar denúncia de desrespeito e abuso praticados durante atendimento médico por parte de Ricardo Biazus – Médico PA 24 horas, no município.

36) Inquérito Civil nº 00748.00306/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possível utilização indevida de imagem de pessoa portadora de sofrimento psíquico por parte dos responsáveis pela Página Caxias da Depressão, no município.

37) Inquérito Civil nº 00748.00074/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de averiguar as possíveis irregularidades na adequação e estrutura do Residencial de Repouso Vitale Ltda, localizada na Rua Rodolfo Braghirolli, nº 60, no município.

38) Inquérito Civil nº 00748.00075/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis atos de improbidade administrativa cometidos pelo servidor municipal Paulo Finimund da Luz, no município.

39) Inquérito Civil nº 00768.00023/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Andre de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça de Esteio, com a finalidade de apurar possível funcionamento irregular e realização de práticas comerciais abusivas por parte da empresa Divisa Veículos, localizada na Rua José Martins, junto à estação do Trensurb Luiz Pasteur.

40) Inquérito Civil nº 00768.00020/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Andre de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça de Esteio, com a finalidade de apurar possível prestação inadequada de serviço público de saúde, em regime ambulatorial, na Unidade Básica de Saúde do Posto Central, localizada na Rua Fernando Ferrari, nº 948, no município.

41) Inquérito Civil nº 00769.00009/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Estrela, com a finalidade de apurar a cobrança de honorários médicos para a realização de procedimento cirúrgico no paciente Adriano Bohm, realizado no Hospital Estrela, pelo Sistema Único de Saúde, no município.

42) Inquérito Civil nº 00794.00061/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de investigar direitos individuais homogêneos e indisponíveis à habitação digna das famílias contempladas com moradia no Conjunto Habitacional, construído mediante o Programa Minha Casa, Minha Vida, no município.

43) Inquérito Civil nº 00794.00047/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça

de Ijuí, com a finalidade de apurar possível irregularidade em razão do funcionamento de UTI mista (neonatal e infantil) por parte do Hospital de Caridade de Ijuí.

44) Inquérito Civil nº 00794.00051/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de investigar a adequação dos serviços do SUAS, CRAS e CREAS, em Bozano/RS.

45) Inquérito Civil nº 00794.00027/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de investigar a adequação dos serviços do SUAS, CRAS e CREAS, no município.

46) Inquérito Civil nº 00798.00012/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, com a finalidade de apurar a falta de ambulância para pacientes adultos, no município.

47) Inquérito Civil nº 00798.00014/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, com a finalidade de investigar a ausência de transporte escolar na zona urbana, no município.

48) Inquérito Civil nº 00806.00016/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Damasio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar eventual falta de médicos ginecologistas/obstetras para realizar plantões de sobreaviso, a fim de atendimento às pacientes gestantes, nos horários noturnos, bem como aos domingos e feriados, junto à Associação Hospital Beneficente de Marau.

49) Inquérito Civil nº 00806.00006/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Damasio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possível irregularidade no sistema de triagem para atendimento médico pelo município de Camargo.

50) Inquérito Civil nº 00807.00013/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na prestação de serviços médicos psiquiátricos por parte do município de Marcelino Ramos.

51) Inquérito Civil nº 00815.00014/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Geriatria Bella Vida, no município.

52) Inquérito Civil nº 00815.00018/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar eventuais agressões físicas e psicológicas praticadas por Guardas Municipais a moradores de rua, no município.

53) Inquérito Civil nº 00815.00020/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Lar Vitória, no município.

54) Inquérito Civil nº 00815.00021/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Casa Lar Terceira Idade El Shaday Ltda, no município.



55) Inquérito Civil n° 01211.00007/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de investigar a acessibilidade de prédio sede da 11ª Coordenadoria Regional de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, 381, em Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de abril de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador Substituto,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Boletim n.º 03/2014 CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil n.º 25/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de investigar condições de segurança (e outros) de obra de construção do prédio na Rua Ulysses Roman Ross, na cidade de Bento Gonçalves, tendo como investigado Construtora Roque Empreendimentos Imobiliários Ltda.

02) Inquérito Civil n.º 37/2013, instaurado pelo 2º Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias, com a finalidade de averiguar loteamento irregular em área rural, situado na localidade de Capela Santa Bárbara, Ana Rech, em Caxias do Sul.

03) Inquérito Civil n.º 21/2014, instaurado pelo 2º Promotor de Justiça, Claudio da Silva Leiria da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de apurar a existência de parcelamento irregular de solo no Loteamento Santa Rita, em Serafina Córrea, tendo como investigado Monte Cristo Empreendimentos imobiliários, Município de Serafina Córrea.

04) Inquérito Civil n.º 22/2014, instaurado pelo 2º Promotor de Justiça, Claudio da Silva Leiria da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de investigar a existência de parcelamento irregular de solo aos fundos da Rua Carlos Termignon, nº 165, no Município de Guaporé

05) Inquérito Civil n.º 03/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça, Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Irai, com a finalidade de investigar a construção irregular de casa e rampa em APP, sem licença ambiental, tendo como investigado João Élio Fischer

06) Inquérito Civil n.º 03/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no Loteamento Parque dos Conventos III, tendo como investigado Município de Lajeado e IMOJEL- Construtora e Incorporadora Ltda e P.A.P Consultoria de Investimentos Ltda.

07) Inquérito Civil n.º 22/2014, instaurado pelo 1º Promotor de Justiça, Sandro de Souza Ferreira da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de possíveis irregularidades na construção de condomínio na Rua Getúlio Borges da Fonseca, s/n, Bairro Operário em Novo Hamburgo.

08) Inquérito Civil n.º 02/2014, instaurado pela Promotora de Justiça, Daniela Sudbrack Gaspar Raiser da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar irregularidades em parcelamento de solo na Rua Roberto Krugel, 630, em Paraíso do Sul, tendo como investigado Poder Executivo de Estrela Velha.

09) Inquérito Civil n.º 07/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de apurar supostas irregularidades em projetos de casas populares no Município de Estrela Velha, tendo como investigado Município de Estrela Velha.

10) Inquérito Civil n.º 10/2014, instaurada pela 2ª Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos da Promotoria de Justiça de Canguçu, com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente, ao consumidor e à ordem urbanística, decorrente de parcelamento irregular de uma gleba de terras, sendo investigado José Barbosa de Moura e Élbja Jorge de Moura.

11) Inquérito Civil n.º 13/2014, instaurado pelo 2º Promotor de Justiça Mauricio Trevisan da Promotoria Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possível ilegalidade na aprovação de construção de prédio residencial, tendo como investigado o Município de Santa Maria e Paulo Parcianello.

12) Inquérito Civil n.º 3/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio, com a finalidade de apurar a possível lesão a interesses transindividuais, em razão da existência de terrenos baldios abandonados na Rua Charrua, bairro Claret, Esteio, tendo como investigado Município de Esteio e proprietários dos imóveis.

13) Inquérito Civil n.º 19/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar a atividade de reciclagem de lixo sem alvará de funcionamento ambiental, tendo como investigado Associação de Recicladores da Capital do Vinho.

14) Inquérito Civil n.º 03/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, com a finalidade de investigar Irregularidade no abastecimento de água no Loteamento Hermano, tendo como investigado Jorge Pedro Krause.

15) Inquérito Civil n.º 04/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, com a finalidade de investigar regularização do abastecimento de água aos moradores do Loteamento Moreira, tendo como investigado Jolcemar Acordi e Município de Três Coroas.

16) Inquérito Civil n.º 14/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de investigar o descumprimento de exigência e restrições da licença ambiental.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 9 de abril de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1405

tal do Loteamento Jardim Europa, localizado na Rua Boaventura Rolim dos Santos, neste Município, de responsabilidade da empresa Dutra Incorporações Imobiliárias Ltda. , tendo como investigado Dutra Incorporações Imobiliárias LTDA.

17) Inquérito Civil n.º 17/2014, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Cougo Oliveira, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de investigar imóvel da Rua Juvêncio Lemos, nº 159, em situação irregular, tendo como investigada Maria Odeth da Silva Piemolini.

18) Inquérito Civil n.º 18/2014, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Cougo Oliveira, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de investigar Imóvel da Rua Barão do Triunfo, nº 1002 (esquina com a rua Juvêncio Lemos), em situação irregular, tendo como investigado Adriano Serafini.

19) Inquérito Civil n.º 20/2014, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Cougo Oliveira, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de investigar imóvel da Avenida Sete de Setembro, nº 1020, em situação irregular, tendo como investigado Loja Tempopo.

20) Inquérito Civil n.º 17/2014, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de avaliar o impacto de eventual implantação do corredor de ônibus no centro da cidade, tendo como investigado Município de Bento Gonçalves.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de Março de 2014.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.